

A FEDERAÇÃO GERAL DO TRABALHO  
E A «ACÇÃO DIRECTA»  
(1907-1910) \*

por **Maciel Morais Santos**

Para a historiografia do movimento operário português é consensual que a partir dos últimos anos da monarquia a tradicional hegemonia ideológica do partido socialista foi enfraquecendo. A influência da corrente sindicalista teria acabado por dominar as organizações operárias, substituindo-se à direcção reformista dos socialistas. Esta nova corrente, inspirada nos princípios do sindicalismo francês proclamados na Carta de Amiens (Janeiro de 1907), caracterizava-se principalmente pela chamada «acção directa», a defesa do confronto aberto entre o Trabalho e o Capital, excluindo todo o tipo de mediação por parte do Estado ou doutros corpos intermédios.

Seria pois de esperar que as atitudes face às intervenções do poder estivessem na origem das divisões das organizações operárias em duas grandes tendências: uma, a socialista, aceitando-as, e outra, a sindicalista, recusando-as.

---

\* Este artigo é baseado na comunicação, apresentada em colaboração com António Manuel André Marques, ao Congresso «O Porto Contemporâneo» realizado no Ateneu Comercial do Porto, em 1991.

A Federação Geral do Trabalho, do Porto, foi um dos órgãos que serviu de teatro a esta cisão. Em 1907, quando se reorganizou, reunia 35 associações de classe do operariado portuense. A sua assembleia reunia semanalmente, em princípio, e nela cada associação se deveria fazer representar por dois delegados. São as actas das sessões desta assembleia que usaremos neste trabalho para tentar descobrir as atitudes mais habituais face às instituições públicas. Para melhor aferir a difusão da «acção directa», estudaremos alguns casos de conflitos industriais ocorridos entre 1907 e 1909 para verificarmos de que modo as duas tendências se manifestaram. A escolha do período justifica-se por serem os dois anos que medeiam entre a reunificação de 1907, que mais uma vez juntou socialistas e sindicalistas numa mesma federação local e o Congresso operário de 1909-1910, que os separou quase definitivamente.

Um dos grandes conflitos no primeiro ano da F. G. T. foi a greve têxtil de Dezembro, começada na fábrica de Manuel Ribeiro da Silva e que por solidariedade se estendeu a várias outras. Tratava-se de uma greve defensiva, resultante da denuncia unilateral, por parte do industrial, do contracto colectivo assinado em 1903, quando da greve geral. A questão fora levada ao Tribunal dos Árbitros Avindores e a sentença saíra favorável aos trabalhadores<sup>1</sup> mas a intransigência patronal tinha extremado a questão e desse facto foi dado conhecimento oficial à assembleia federal pelo delegado dos Tecelões Mecânicos, Álvaro da Silveira. Por proposta de um outro sindicalista, o funileiro Francisco dos Santos, foi aprovado enviar um telegrama ao Ministro do Reino pedindo-lhe que «se recomande ao governador civil do Porto intervenha na greve dos tecelões», ao que se seguiu um protesto público atribuindo ao industrial a «responsabilidade do que na classe têxtil possa vir a suceder». Quase dois meses mais tarde, ainda eram presos 12 operários dessa fábrica, acusados de «alliciadores e instigadores à greve»<sup>2</sup>. Uma extensa moção da comissão administrativa adoptava então os seguintes procedimentos: novo protesto público contra o industrial, visita de uma deputação da Federação aos grevistas presos na Relação, assembleias de protesto nas associações e, significativamente, «esperar a ocasião oportuna que o parlamento funcione para se reclamar a modificação ou a revogação do artigo 277 do Código Penal».

---

<sup>1</sup> *Tribunal de Árbitros Avindores*. «A Voz do Povo», Porto, n.º 35, 29/12/1907.

<sup>2</sup> *Federação Geral do Trabalho*, *ibidem*, n.º 42, 16/02/1908.

Convém referir que o artigo 277 foi uma das espadas de Damocles sobre o movimento operário até à República. Se bem que as greves se fossem tornando cada vez mais frequentes<sup>3</sup>, e como tal fossem um direito «já entre nós reconhecido pela própria auctoridade superior»<sup>4</sup>, a ameaça continuava juridicamente em vigor. A sua revogação era uma reivindicação comum das representações operárias e por mais duas vezes surgiu nas sessões da Federação nestes anos: no documento elaborado para o 1.º de Maio de 1908 e por iniciativa de um outro delegado dos tecelões mecânicos, José Alves. Em 2 de Março de 1909, punha «em relevo as victimas que tem sido sujeitas a este paragrapho»<sup>5</sup> — o parágrafo único do artigo 277 — e propunha que se representasse ao ministro da justiça, o que foi aprovado. Logo, sobre um ponto essencial das relações industriais, o direito à greve, as medidas tomadas pela Federação neste período foram três representações ao estado e várias sessões de protesto nas associações.

O segundo conflicto envolveu os trabalhadores dos tabacos. Na sessão de 6 de Outubro de 1908, o delegado Manuel Vaz comunicava que a sua associação arrastava há meses um contencioso com a Companhia, que vinha desrespeitando o contrato de trabalho. O «próprio governo que podia e tinha o dever de intervir não tem feito cazo da justiça que assiste aos operários, especialmente o ministro da Fazenda». Contrariamente ao que se poderia esperar, esta expressão do poder e dever de intervenção do governo não provocou polémica. O sindicalista Pereira de Oliveira e o socialista Sousa Salgado condenaram quer o governo quer a Companhia, «entidades contra as quaes a Federação deve protestar, especializando-se o ministro da Fazenda, alvitrandose que se reclame do governo providencias»<sup>6</sup>.

O caso dos distribuidores de jornais foi menos consensual. Em 17 de Dezembro de 1907, uma comissão da Federação tinha-os acompanhado ao governo civil em apoio das suas reivindicações. Tratava-se de obter «bilhetes de identidade» profissionais, uma salvaguarda que o recente

---

<sup>3</sup> A esse respeito, ver a estatística comparada do número de greves para os anos 1852-1910. Fonseca, Carlos da — *História do Movimento Operário e das ideias socialistas em Portugal*, vol. 4, Europa-América, pg. 61. Também se deve referir que quatro anos antes, em Julho de 1903, tinha havido no Porto uma verdadeira greve geral paralisando várias dezenas de milhar de operários.

<sup>4</sup> *Federação Geral do Trabalho*, «A Voz do Povo», n.º 42, 16/02/1908.

<sup>5</sup> *Federação Geral do Trabalho*. Actas (1908-1910). Arquivo do Governo Civil do Porto, livro n.º 260.

<sup>6</sup> *Idem*, *ibidem*.

conflito com três jornais da cidade tornara premente<sup>7</sup>. Mas em Fevereiro de 1909, a associação dos Distribuidores informava a Federação que desistia desses bilhetes porque não concordava com o Edital entretanto publicado pelo governo civil e que seria considerado por vários delegados como «mais um ataque à liberdade de trabalho»; Socialistas e sindicalistas condenavam a intervenção do governo civil (o Edital) mas admitiam ter apoiado e esperado uma outra: «a Federação apoiou os bilhetes de identidade... mas nunca com o fim de ver publicado um semelhante edital»<sup>8</sup>. Deste modo, o pequeno desaguisado com os distribuidores de jornais resumia-se a saber se estes teriam ou não agido de má fé, ou seja, se estariam dispostos a pagar a sua segurança profissional — os bilhetes — com o reconhecimento de um edital autoritário, capaz de limitar a circulação dos jornais operários.

Outro caso envolvendo terceiros em assuntos laborais foi o da greve da Companhia Carris. Quando o assunto chegou à Federação, a greve já tinha começado e também aqui havia unanimidade sobre o que esperar dos poderes. O ponto n.º 4 da proposta, unanimemente aprovada, de Sousa Salgado era «fazer votos para que a auctoridade e o Estado, não só reconhecendo a justiça que assiste aos grevistas mas também o direito que todos os homens livres teem de defender os seus interesses, deixe este litígio ao arbítrio dos litigantes, sem coacções nem represálias»<sup>9</sup>. Se no caso da greve têxtil e na questão dos tabacos a unanimidade era pelo intervencionismo, aqui temos o inverso. Parece claro que se, nos dois primeiros conflitos, uma intervenção do governo dificilmente poderia prejudicar a parte operária, já em grandes dificuldades antes dela, no caso da greve da Carris era temida especialmente uma arbitragem municipal que, com toda a certeza, não prejudicaria a companhia concessionária. Explica-se, portanto, assim a enfase na «acção directa» posta pelo socialista Sousa Salgado. Nessa mesma sessão deu-se ainda outra curiosa convergência. Foi também aprovada a proposta do sindicalista Pereira de Oliveira que no seu ponto 3.º fazia enviar um ofício à Câmara Municipal «demonstrando-lhe a necessidade urgente de expropriar por utilidade pública a referida companhia», medida não muito afastada do

---

<sup>7</sup> O «Jornal de Notícias», «O Primeiro de Janeiro» e «A Voz Pública» tinham acordado proibir aos seus ardinias a venda do «Diário Nacional», jornal franquista, «sob pena de perderem o trabalho n'esses mesmos jornaes!!!!». A Federação insurgia-se dizendo que «só na apparencia os jornaes são contrários aos monopólios e às dictaduras...». *As Empresas do Jornal de Notícias...* «A Voz do Povo», n.º 13, 08/109/1907.

<sup>8</sup> Federação Geral do Trabalho. Actas... A. G. C. P., livro n.º 260.

<sup>9</sup> Idem, *ibidem*.

que dizia a 24.<sup>a</sup> reforma económica do programa do P. S.<sup>10</sup>. Assim, era ponto assente que o conflito se deveria desenrolar sem tutelas mas que o carácter público dos serviços mereceria no futuro uma municipalização. À greve seguiu-se um acordo mas em breve a Liga das Artes de Viação denunciava que a Carris não o estava a respeitar. Havia represálias e, pior do que isso, talvez, uma iniciativa por parte de um vereador «tendente a obstar a futuras greves nos serviços de Viação». Por duas vezes uma comissão da Federação foi unanimemente autorizada a negociar com a Câmara — acção indirecta. Depois disso, chegava-se à conclusão que «ia ser industriado algum pessoal camarário no serviço da viação», ou seja e para empregar a terminologia da época, fardetas<sup>11</sup>: «em caso contrário» — explicava a Federação — «não consentiria (a Carris) que a Câmara industriasse pessoal com o seu material»<sup>12</sup>. Iniciaram-se imediatamente os protestos contra «o intuito do município» ser «colocar-se ao lado d'uma empresa capitalista e não... para attender às necessidades públicas». Foi portanto o desenrolar dos acontecimentos que levou a Federação de uma posição de tipo «acção directa» (na esperança que a Câmara não apoiasse a Carris) para uma «acção indirecta» (negociando com os vereadores) e de novo para a «directa», quando nada mais havia a esperar e as negociações se romperam. Nesta última fase torna-se mais verosímil uma intervenção como a do ortodoxo socialista Ferreira de Sousa, um dos delegados dos metalúrgicos: lamentava que a Federação tivesse temporizado demasiado com terceiros e a sua Associação deveria ter intervindo pois «que poderia ser que tivesse resolvido a questão em melhores condições do que os Doutores intermediários que terminaram por collocar os operarios em criticas condições»<sup>13</sup>.

Assim, em quatro conflictos envolvendo a intervenção de instituições públicas, encontramos unanimidade entre os delegados tanto nos casos em que ela era vista como benéfica como nos outros. Quanto a documentos aprovados, quatro representações e um telegrama ao Estado, vários protestos e apenas a preparação de uma futura greve (na Carris, apoiando a Liga das Artes de Viação).

---

<sup>10</sup> II Conferência Nacional Socialista (Tomar — 14 a 16 de Outubro de 1895). Fonseca, Carlos da, op. cit., pág. 253-72.

<sup>11</sup> Fardetas era a expressão portuguesa equivalente e anterior (?) ao francesismo «amarelos». «Fardetas-Sinonymo de traidor, de arruina classes, de malvado, de perverso...» *Fardeta*. «O Chapeleiro», Porto, n.º 9, 08/10/1905.

<sup>12</sup> Federação Geral do Trabalho. Actas. A. G. C. P., livro n.º 260.

<sup>13</sup> Idem, ibidem.

Não foi só em casos de situação de greve que a presença dos poderes foi debatida nas sessões. A questão pautal forneceu mais do que uma ocasião para a Federação tentar obter concessões governamentais. Durante três sessões o delegado dos Lanifícios, António Samagaio pediu o auxílio das várias associações para *reclamar ao governo* «que não atenda os industriaes texteis», o que foi aprovado. Entre 9 de Junho e 14 de Julho de 1908, os Tecelões Mecânicos, os Tecelões de Fitas e os Fiandeiros oficiaram sucessivamente para o mesmo efeito (as duas primeiras associações estavam próximas da orientação sindicalista) «sem que as reclamações que opportunamente devem apresentar as agremiações operárias, sejam igualmente attendidas»<sup>14</sup>. Houve uma reunião magna especialmente para o assunto em que a intervenção mais significativa foi a do delegado dos Tecelões do Bairro Ocidental, o sindicalista Álvaro da Silveira. Historiava o que tinha acontecido desde a pauta proteccionista de 1892 — «os industriaes depois de se verem servidos faltaram a tudo quanto tinham prometido» — propunha uma moção de protesto «perante o governo contra a revisão das pautas até que o industrialismo reconheça... as reclamações da classe operária» e um ofício ao presidente do conselho de ministros para interromper a discussão da pauta no parlamento. Ambas as medidas foram aprovadas<sup>15</sup>. Os delegados na Federação não hesitavam em considerar as pautas como uma moeda de troca bem oportuna e nisso tinham aprendido bastante com o que se passara desde 1892.

O diálogo com os poderes era, como se vê, frequente. Nestes exemplos referidos, factores muito diversos o originaram: por exemplo, a intensidade do conflicto na greve têxtil, a natureza do patrão na Companhia dos Tabacos ou a ocasião certa na reforma pautal. Em um dos casos até, houve alteração de política na mesma questão, como aconteceu durante a greve da Carris. Constatam-se que a atitude face às instituições estatais e municipais não estava definida por critérios teóricos mas sim empiricamente. Era a relação de forças que determinava a atitude a seguir face aos poderes públicos no conflito industrial.

3 — Convém agora analisar, um pouco mais detalhada e globalmente, esta relação de forças entre o trabalho e o capital, e que é essencialmente condicionada pelo mercado. Sendo esta relação, num dado momento, o resultado de um processo histórico com muitos factores que não cabe aqui reconstituir, parece certo que nas 3 décadas que se seguiram às pautas de 1892 o capitalismo português pode dispor de um

---

<sup>14</sup> Idem, *ibidem*.

<sup>15</sup> Idem, *ibidem* (Acta de 22/07/1908).

vastíssimo «exército de reserva» saído da desagregação da pequena agricultura e que este fenómeno marcou quer a evolução da indústria quer a das organizações operárias. Durante este período, houve constantemente um excesso da oferta de braços sobre a procura. Para uma mercadoria como a força de trabalho esta situação significou uma baixa dos salários reais, muitas vezes para níveis abaixo do nível de subsistência, e uma degradação das condições de trabalho. Não pode haver dúvidas de que a sua taxa de exploração aumentou, embora elevadíssimas taxas de mais-valia não signifiquem taxas de lucro igualmente elevadas, como os industriais portugueses bem sabiam. Contudo, essa é uma outra questão; o que importa realçar aqui é que não havia condições favoráveis para um forte associativismo operário e que precisamente esta fraqueza mais reforçou a inferioridade negocial operária.

Algumas profissões podiam, conjuntural ou sazonalmente, beneficiar de uma procura maior, como os forjadores ou os serralheiros da construção civil durante os meses de verão, isto é, a época em que se iniciavam mais obras de edificação e acabamentos<sup>16</sup>. Aproveitar a altura certa poderia permitir ganhar uma greve por horário ou salários mas não proporcionava a capacidade suficiente para impor restrições contratuais quanto à limitação da aprendizagem ou a exclusão dos não sócios. Deste modo, muito rapidamente, o ciclo industrial com uma nova recessão ou o fim do movimento sazonal vinham pôr termo ao pleno emprego, caso alguma vez tivesse sido atingido, e com ele desaparecia igualmente a ofensiva assalariada. Como sinteticamente expunha um jornal socialista:

«Em Portugal succede que geralmente o operário tem que reputar a concessão do logar n'uma fabrica ou manufactura, como um grande favor que o industrial-patrão lhe quer fazer... Quando um logar de simples servente se declara vago, muitos são os pretendentes que se apresentam para occupal-o. O proletario conhece d'antemão que se renunciar ao logar que occupa nenhuma falta faz, o que o coage a não se lançar sem receio em conflictos com os patrões, por receiar que lhe possam advir tremendas desgraças<sup>17</sup>».

Talvez se explique assim a ausência de uma verdadeira aristocracia do trabalho em Portugal durante estes anos, ao contrário do que se pas-

---

<sup>16</sup> O horário de Verão dos trabalhadores da construção fazia-os trabalhar mais horas e a metalurgia da construção civil estava-lhe associada. Uma greve de serralheiros desses materiais levaria a terem de «parar com o trabalho logo em seguida os carpinteiros, as quatro classes da construção de casas e sucessivamente outras classes de trabalho». Os Serralheiros IX, «A Revolução Social», Porto, n.º 46. Novembro de 1890.

<sup>17</sup> *A paralyzação collectiva ou greve*. «A Voz do Povo», n.º 116, 01/08/1909.

sava em outros países europeus<sup>18</sup>. É que em Inglaterra, para retomarmos o exemplo típico, as associações de classe quase funcionavam como as verdadeiras responsáveis pela existência desta aristocracia, ao oporem uma rígida separação entre os «homens do ofício» e os outros. Por outras palavras, elas criavam, mais do que reflectiam, uma raridade artificial na oferta de determinadas especialidades profissionais<sup>19</sup>. Não tendo nenhuma associação portuguesa força para a «closed shop», podiam encontrar-se trabalhadores melhor ou pior pagos, mais ou menos letrados mas nada que se assemelhasse a uma diferença institucionalizada entre eles. A inexistência deste tipo de fronteiras fazia com que não se possa usar com propriedade conceitos como os de «artesão» ou de «artista» contraposto ao de «operário», isto se definirmos o primeiro por uma maior segurança ou melhor nível de vida que lhe viesse da sua associação profissional. Não se pode negar que houvesse profissões especializadas para as quais uma longa aprendizagem era indispensável; um oficial de torneiro mecânico ou de tipógrafo chegava ao mercado de trabalho de forma diferente de um tamanqueiro, de um carrejão ou de uma rapariga que enchesse canelas numa fiação. Mas o bem estar de todos eles, se é que essa expressão tem algum significado, dependia unicamente da conjuntura industrial, oscilando à volta de um salário abaixo do seu real valor. O facto de demorar um certo tempo a formar-se um torneiro e a admissão descontrolada de aprendizes e ajudantes de torneiro para a indústria eram dois fenómenos paralelos que coexistiam. Nada no primeiro deles poderia evitar o segundo; o mercado era o único mecanismo regulador e instituição alguma o contrariava.

Além disto, convém lembrarmo-nos que a concorrência entre os operários portuenses neste «buyer's market» não se limitava às ameaças dos que poderiam ingressar nas oficinas e fábricas como aprendizes e ajudantes em número excedentário. Os arredores da cidade, ou melhor, a região de minifúndio entre o Lima e o Vouga era uma ameaça suspensa sobre as tabelas salariais de todos, coisa que os tecelões manuais sabiam melhor do que ninguém. Digamos para resumir que, para todas as profissões, tanto o tempo como o espaço estavam fora de controle e jogavam contra.

---

<sup>18</sup> Sobre a discussão da existência de uma aristocracia operária em Portugal, ver entre outros, Costa, Ramiro da — Elementos para a história do movimento operário em Portugal — 1820-1975, vol. 1, Assirio e Alvim, 1979, pgs. 107-08; Cabral, Manuel V. — Portugal na Alvorada do século XX..., A Regra do Jogo, 1979, pgs. 271-274; Mónica, Maria F. — Artesãos e Operários, Lisboa, Ed. do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.



Uma outra consequência que se pode avançar, partindo desta constatação do excesso da oferta de mão de obra, relaciona-se com a tão famosa diferença entre o norte e o sul. Embora o superavit estrutural de braços seja característico da industrialização portuguesa em geral, ele parece muito mais marcante a norte que a sul (norte e sul estando aqui a representar a região do minifúndio industrializado oposto ao resto do país igualmente com indústria, no fundo, duas metades do litoral). Mais concretamente, o hinterland portuense era mais ameaçador do que o lisboeta se adoptarmos o ponto de vista do «exército de reserva». A necessidade de o contrariar devia sentir-se mais numa cidade cercada por uma região onde a simbiose entre a agricultura de subsistência e a produção artesanal era secular do que em uma metrópole comercial que, além disso, era a capital, com tudo o que isso implica de investimentos públicos geradores de empregos e de multiplicadores. Simplificando talvez demasiado: a norte, a indústria, sobretudo a têxtil, encontrava condições para se ir espalhando pelos campos, aproveitando a semi-proletarização; a sul, era mais característico serem as novas indústrias instaladas em áreas urbanas a terem que chamar a si populações, atraindo-as pela positiva. Uma expansão industrial de igual volume de capital e da mesma composição orgânica teria assim menores efeitos sobre a elevação do preço da mão de obra na área do Porto do que a sul visto que a norte:

1) se aplicava sobre uma população mais densa, logo resultando numa menor capitação por trabalhador;

2) a área geográfica era maior, mais difusa e portanto mais difícil de homogeneisar uma hierarquia salarial estável.

Compreende-se deste modo como a composição orgânica do capital pôde permanecer baixa mais tempo no norte que no sul: os níveis salariais provocados pela abundância da oferta de braços permitiam em muitas indústrias retardar a mecanização e, no entanto, continuar com altas taxas de mais-valia e de lucro<sup>20</sup>. Permitiram até a sobrevivência de

---

<sup>19</sup> Pelling, H. — *A History of British Trade Unionism*, 4.a ed., Londres, Penguin Books.

<sup>20</sup> Esta questão da composição orgânica do capital foi discutida por Armando Castro, que mostrou haver no Porto uma maior concentração de operários e motores por estabelecimento industrial relativamente a Lisboa. Castro, Armando — *A Revolução Industrial em Portugal no século XIX*, 2.ª ed., Limiar, 1971, pgs. 239-40.

Mas os dados do Inquérito de 1917 são, todos o dizem, inconclusivos e é preciso levar em conta que a concentração da têxtil algodoeira no distrito do Porto pode fazer distorcer todos os outros indicadores caso a sua influência não tiver for isolada.

milhares de tecelões manuais que só deste modo podiam continuar trabalhando ao lado de fiações e tecelagens automatizadas!

Estas considerações ajudam a explicar que para muitos trabalhadores fosse pouco motivante descontar para uma associação de classe. Se esta era incapaz à partida de dar garantias contra a concorrência no emprego (quer a dos novos aprendizes quer a indústria de fora da cidade), se quase nunca tinha com que sustentar uma greve e oferecia um subsídio quase simbólico no desemprego, os poucos que se podiam dar ao luxo do associativismo deviam preferir os socorros mútuos. E a verdade é que em certos ramos, como o têxtil, uma das piores ameaças que as frágeis associações de classe tinham de defrontar era a instalação de uma «caixa» na fábrica, isto é, uma instituição de mutualidade da empresa. Na opinião dos dirigentes associativos os descontos para essas caixas poderiam fazer cessar imediatamente as quotas à associação de classe<sup>21</sup>. Os socorros mútuos ou a «caixa» sempre davam alguma ajuda na doença e no funeral; as associações de classe precisavam quase sempre do prestígio ganho numa greve vitoriosa ou na readmissão de despedidos para poderem beneficiar de algum entusiasmo.

Mas se as associações defrontavam tantos obstáculos também adquiriram características típicas de reacção a um meio hostil. Foi perceptível desde cedo que a reacção mais eficaz era a da organização unitária, disciplinada e legalista. São estes os principais traços das associações de classe do Porto ao contrário das suas congéneres do sul e podemos pôr esta diferença em paralelo com o que atrás foi dito sobre a relação de forças no mercado de trabalho. Foi no Porto que em 1889 começou a funcionar a primeira Federação de associações de classe e foi igualmente aqui que, na vaga de agitação dos anos 1887-90, algumas das associações mais poderosas se formaram adoptando desde o início o inter-profissionalismo — a Associação dos Operários das Artes Metalúrgicas, a Associação das 4 Artes da Construção Civil, a Liga das Artes Gráficas, etc. A vida interna destas organizações também foi mais estável; quase todas duraram até 1920 com a estrutura e inclusivé o nome com que tinham nascido nos finais da década de 1880. Politicamente, o panorama era mais homogénio a norte que a sul. Contrastando com a atribulada vida do partido socialista em Lisboa, no Porto as dissidências eram raras. Escrevendo em 1908, um dos mais autorizados socialistas, Inácio de Sousa dizia sem reservas: «... aqui não há, felizmente, o que então havia em Lisboa.

---

<sup>21</sup> Federação Geral do Trabalho. Actas. A. G. C. P., livro n.º 260.

Pode mesmo dizer-se que não há no Porto dissidentes dentro do movimento operário.

Há, é certo, alguns descontentes, mas em número tão insignificante que quasi nem se dá por isso. (...)»<sup>22</sup>. Eleitoralmente, isto reflectiu-se de dois modos: eram menores os desgastes causados pela propaganda republicana no eleitorado operário e havia votações mais concentradas, a ponto de ter saído do Porto o primeiro deputado socialista.

Até que ponto não será válido interpretar esta ênfase posta na organização e no legalismo como uma defesa perante um meio negocial mais hostil? Face a um mercado cronicamente saturado, teriam de ser maiores os esforços para ganhar credibilidade e respeito junto dos industriais e do poder. E uma vez ganha a batalha da instalação, o equilíbrio continuava muito frágil. Apertadas entre a necessidade de obter êxitos, se queriam continuar a receber e a segurar os seus sócios, e a inferioridade presente em quase todos os conflitos industriais, só poderiam sobreviver as organizações que praticassem uma pesada tutela sobre as fábricas e oficinas reprimindo todas as situações de confronto aberto e de resultados duvidosos. A «rendição pela fome» espreitava-as a todas mesmo às mais poderosas. «Conhecemos corporações operárias que tem decaído com mais velocidade após o insucesso de um movimento que alevantado durante os preparativos do ataque. Outras houve que viveram apenas para morrer com o fracasso do primeiro movimento»<sup>23</sup>. Daí, a difícil adesão que davam às greves e a minuciosa regulamentação com que procuravam evitá-las, de que o Congresso de Aveiro em 1902 foi só um exemplo. Para as associações que já dispunham de um pequeno capital, de estatutos aprovados, de um razoável número de sócios e já com algumas reivindicações conseguidas, «uma greve não podia ser uma aventura», como dizia *A Voz do Povo* de 21 de Julho de 1912. Havia, claro, o caso das greves inevitáveis, as «defensivas» e, no fundo, quase todas o eram. Mas até nestas as probabilidades de êxito (mesmo o parcial) eram directamente proporcionais ao grau de mobilização da burocracia associativa. As greves prolongavam-se por semanas e meses de forma que só uma Federação, concentrando esforços e impedindo greves simultâneas, podia fazer convergir auxílios que nenhuma caixa de socorros isolada estaria em condições de dispensar. Os metalúrgicos tinham seguramente uma das mais fortes associações mas dificilmente suportariam a sua greve de quase seis meses na Companhia Aliança (de

---

<sup>22</sup> «A Greve», Lisboa, n.º 59, 16/05/1908. Para, em contraste com isto, ver as divisões do Partido Socialista em Lisboa, Mónica, Maria F. — *O Movimento Socialista em Portugal (1875-1934)*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1985.

<sup>23</sup> *A Verdade Triumpha...* «A Voz do Povo», n.º 268, 21/07/1912.

Dezembro de 1910 a Maio de 1911) sem o apoio maciço da Federação, das cooperativas e das subscrições pelas outras fábricas, dentro e fora do ramo. Inversamente, mais nenhum movimento no têxtil teve a amplitude do de 1903 e muitos fracassaram redondamente devido à desfederação de várias associações têxteis depois de 1909. «... Quasi todas as greves que há uma dezena d'annos temos visto realizar em Lisboa e Porto, merecem que se lhes chame ratoeiras armadas à causa operária para a prejudicar e desprestigiar. Parece até que são engendradas pelo capitalismo, porque tem sido elle quem mais tem lucrado com ellas»<sup>24</sup>.

4 — Não admira que todas as associações, independentemente do que pensassem sobre a natureza do Estado tentassem extrair dele todos os benefícios possíveis. Tratava-se, nestes casos que vimos e em muitos outros antes e depois deles, de corrigir o déficite negocial tentando aproveitar o Estado-árbitro e de rejeitar o estado «aliado do capital». Uma longa experiência tinha já estandardizado as estratégias nos dois casos: representação, ofícios e participações no Tribunal dos Árbitros Avindores na primeira situação e sessões de protesto, manifestos e comícios na segunda. Estavam consagradas pela memória colectiva da classe mesmo que não suscitassem nenhuma ilusão sobre a sua eficácia. Mas não esqueçamos que eram igualmente os canais institucionalizados do diálogo, que implicavam um reconhecimento mútuo das partes e que isso, só por si, constituía um trunfo importante do ponto de vista operário. Por exemplo, a Federação das Associações Operárias correspondia-se com o governo e Câmara Municipal apesar de as organizações inter-associativas não terem existência jurídica à luz do Decreto de 14 de Maio de 1891. A prática operária não podia ultrapassar estas condicionantes e por isso ninguém a punha em causa enquanto *prática*.

Mas uma coisa é a prática e outra a representação mental dessa prática. Os socialistas tinham-na elevado a teoria e escreviam descomplexadamente: «Desde que trabalhamos para vencer um inimigo irreconciliável, cuja força conhecemos, que nos importa a nós ter que empregar a acção indirecta, se por meio d'ella temos a probabilidade de enfraquecer a força inimiga? Se um acto de resistência directa se julga efficaz para o resultado que se pretende, pratique-se. Se se julga que a resistência indirecta, por quaisquer circunstâncias e em determinados casos, é a mais profícua, porque se há-de empregar a acção indirecta?»<sup>25</sup>.

---

<sup>24</sup> *Organização Operária. Algumas considerações oportunas.* «A Voz do Povo», n.º 278, 29/09/1912.

<sup>25</sup> *O anarchismo em volta das associações operárias.* «A Voz do Povo», n.º 82, 29/11/1908.

Contudo em certas ocasiões, este utilitarismo poderia parecer embaraçoso. A este respeito, a sessão da Federação de 7 de Abril de 1908 em que se preparava o 1.º de Maio próximo torna-se bastante esclarecedora.

Manuel Joaquim de Sousa, o futuro secretário da C. G. T. e então no princípio da sua carreira sindical, afirmava que «a manifestação deve ser puramente syndicalista, reclamando directamente do patronato melhoria... em todo o sentido moral e material, não concordando com as representações ao Estado, que afinal são processos platónicos»<sup>26</sup>. De facto, havia já anos que a forma de festejar o 1.º de Maio era alvo de críticas dos mais militantes, inclusivé de socialistas, que censuravam a sua ritualização — «... logo após o primeiro anno em que o cortejo foi mais brilhante os carros allegoricos iam redundando em «andores» de procissão religiosa. Apontando-me um d'estes carros, no cortejo d'um anno, Viterbo de Campos disse-me:

— Veja no que isto virá a dar... Tinha razão<sup>27</sup>.»

Só que na crítica de M. J. de Sousa, a novidade não estava na recusa do programa habitual mas na do princípio da petição ao Estado. Na sessão seguinte, foi lido um parecer sobre o que a Federação «como legítima representante do operariado do Porto... , deve reclamar perante o estado, o município e o patronato», dividindo a assembleia entre socialistas e sindicalistas, os primeiros aceitando-o e os outros votando contra.

Reside em fenómenos como este a causa de alguns equívocos da historiografia sobre o movimento operário, quando utilizou como fonte privilegiada a teoria feita sobre os conflitos industriais e não o desenrolar desses mesmos conflitos. Óbviamente que nos textos ideologicamente conotados, na imprensa socialista e anarquista, grandes diferenças separam as duas orientações. E também é inegável que, se os lermos fora da realidade para que foram escritos, testemunham que os socialistas eram negociadores mais timoratos que os sindicalistas.

Contudo, dos 15 itens do documento polémico desse 1.º de Maio, 12 tinham sido ou viriam a ser, durante as sessões da Federação, objecto de representações específicas ao governo (artigo 277, lei das associações, Bolsa de Trabalho, lei das mulheres e menores nas fábricas, etc.) votadas quasi sempre por unanimidade<sup>28</sup>. Parece que, brincando às estatísticas, os sindicalistas negavam em teoria 80% do que costumavam fazer. No entanto é descabido apresentar esta contradição como um

<sup>26</sup> Federação Geral do Trabalho. Actas. A. G. C. P., livro n.º 260.

<sup>27</sup> *Duas palavras*. «O Barbeiro do Norte», Porto, n.º 16, 01/05/1910.

<sup>28</sup> Federação Geral do Trabalho. Actas. A. G. C. P., livro n.º 260.

argumento a favor da suposta inferioridade teórica dos sindicalistas relativamente aos socialistas. E a razão principal é que o que nesta altura os diminuía não era uma inferioridade teórica mas sim prática.

Ao contrário dos sindicalistas, os socialistas falavam habitualmente de *dentro* da direcção das associações operárias. Tinham feito nascer a maioria delas nas décadas de 1880 e 1890 e expressavam-se, de certo modo, como seus proprietários perante a chegada de intrusos.

«As sociedades operárias... são filhas do Socialismo, e nunca a sua paternidade poderá ser negada porque a história não supporta sophismas. Se não tivera havido evolução socialista em Portugal ou ellas não existiriam ainda, ou existiriam, como as de socorro mútuo, compostas d'operários e patrões, e com orientação nephelibata, como acontece com os círculos catholicos»<sup>29</sup>.

«A propaganda anarchista, desde o seu início em Portugal, não só se desinteressou das associações de classe, como lhes promoveu toda a guerra possível... (depois) reconheceram que a sua norma de abstenção e de guerra às associações, anteriormente seguida, não surtia o effeito esperado e desejado, e, revogando essa norma, deliberaram filiar-se nas associações de classe»<sup>30</sup>.

No final da primeira década do século, os sindicalistas estavam realmente presentes em todas as antigas associações mas não dominavam nenhuma daquelas que se podiam considerar como importantes: manipuladores de tabaco, gráficos, metalúrgicos, chapeleiros, ferroviários, construtores civis, etc., que continuavam socialistas<sup>31</sup>. Controlavam alguns officios não fabris, começavam a ganhar ascendência no complicado e diferenciado ramo do têxtil (tinham por exemplo os tecelões Mecânicos e os Tintureiros, não os Fiandeiros) mas escapava-lhes o núcleo duro do movimento organizado. Forçando um pouco a nota, talvez se possa dizer que tinham em geral a retórica da «oposição» quando longe do poder. Estavam, no entanto, a aproximar-se rapidamente desse poder e a prova é que entre 1907 e 1909 já contavam com numerosos delegados na assembleia federal, representando profissões de ramos tão variados como os alfaiates, os manufactores de calçado e os barbeiros. Nessa qualidade, tinham-se visto forçados a ter atitudes em tudo idênticas às dos

---

<sup>29</sup> *Sociedades Operárias. Syndicalismo*. «A Voz do Povo», n.º 63, 19/07/1908.

<sup>30</sup> *Novo Systema d'espionagem nas organizações operárias*. «A Voz do Povo», n.º 118, 15/08/1909.

<sup>31</sup> Um artigo em que os socialistas procuravam refutar a representatividade das associações que se separaram no Congresso Operário de 1910 enumera «as classes que no norte constituem as mais fortes organizações de resistência». *Effeitos da myopia*. «A Voz do Povo», n.º 175, 25/09/1910.

socialistas porque a organização, a estratégia, as formas de comunicação e até os rituais eram os que trinta anos de vida associativa num mercado de trabalho desequilibrado tinham feito surgir. As diferenças iam-se assim esbatendo e isso não passava despercebido aos socialistas que chegaram a fazer disso uma arma no seu combate:

«Como delegado da associação dos Litógrafos foi a Lisboa, de *representação* em punho, um rabiscador acrato-sindicalista, dos taes arrebatadores de acção directa, *parlamentar* com um ministro sobre assumptos de interesse profissional... Ou alguma coisa se consegue por meio da diligencia junto dos governos, e então é falso o sistema anarco-sindicalista, ou, se nada se consegue, o delegado anarco-sindicalista dos litógrafos aceitou o pretexto para uma passeata... Abreviemos: — sempre que os... socialistas tomam a iniciativa de em qualquer colectividade de classe, propor uma *démarche* junto de qualquer entidade politica (chamemos-lhe assim) surgem do pélagos os anarco-sindicalistas e numa fúria louca cantam preces à decantada acção directa arremetendo contra qualquer resolução que possa reconhecer o Estado, a Lei, a Auctoridade, o Funcionário. Momentaneamente, os que tanto berram contra a *démarche* política (chamemos-lhe assim) passam por uma milagrosa metamorfose, recuperam o juizo, constataam o seu erro e caem na contradição...» (sublinhado original)<sup>32</sup>.

O próprio Manuel Joaquim de Sousa admitia num texto de principios publicado em 1908 que «Dentro da Federação tenho sido sempre imparcial como libertário. Quando pelos socialistas é apresentado qualquer trabalho justo eu tenho sempre estado ao lado d'elles»<sup>33</sup>.

À medida que ia subindo a sua influência nas associações, não nos devemos admirar de os sindicalistas se verem obrigados a suspender na acção as suas anteriores convicções optimistas sobre as vantagens do conflito aberto, sendo que muitas delas, como diria Eça, vinham «traduzidas do francês». Começavam a ter coisas a não arriscar, tal como acontecia aos socialistas há já bastantes anos.

Mas o que era mentira em 1907-09 podia passar a não o ser, por exemplo, em 1917-20. A superação da contradição sindicalista entre prática e teoria (ser e dever ser) dependeu das alterações que se verificaram em alguns factores anteriormente decisivos na estruturação das relações industriais. A título de hipótese pode avançar-se que os efeitos estimulantes da I Guerra e da emigração sobre o mercado de trabalho,

---

<sup>32</sup> *Liquidação lenta... mas liquidação.* «A Voz do Povo», n.º 274, 01/09/1912; «Em poucas palavras». «Ibidem», n.º 275, 08/09/1912.

<sup>33</sup> *Ser socialista ou não ser socialista.* «A Voz do Povo», n.º 55, 24/05/1908.

bem como o enfraquecimento do aparelho de Estado e a inflação se devem ter conjugado para as transformações por que passaram as organizações operárias no pós-guerra. Várias associações e algumas até das mais tradicionais e zelosas do seu património «moral e material» se radicalizaram. Temos agora o fenómeno inverso: se há anos atrás, todas, mesmo as retoricamente mais ousadas, se assemelhavam no legalismo, agora podia ver-se uma associação tão «ortodoxa» como a dos metalúrgicos a fundir-se com os sindicalistas funileiros, picheiros e ourives, mudando inclusivé o seu nome para Sindicato Único Metalúrgico. Em 1907-09 os sindicalistas tinham uma prática muito aquém da sua teoria revolucionária; dez anos depois, as associações socialistas ultrapassavam o seu reformismo com táticas e linguagem importadas dos seus rivais.

Independentemente da validade das explicações sugeridas, parece poder estabelecer-se que:

1) as divergências ideológicas, expressas em artigos doutrinários na imprensa operária, podem não corresponder a comportamentos reais diferentes.

2) é no estudo das conjunturas da relação de forças no conflito industrial que devemos procurar descobrir o que determinou no essencial as atitudes das organizações, porque essas conjunturas fizeram evoluir no mesmo sentido instituições com ideologias muito diferentes.

Na verificação empírica destes fenómenos e, sobretudo das suas causas, muito poderá avançar a historiografia da classe operária e da 1.<sup>a</sup> República.